

## **VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA**

### **MERTON PARA CIENTISTAS POLÍTICOS** (Avance de investigación em curso)

Emerson Oliveira do Nascimento  
[emersondonascimento@yahoo.com.br](mailto:emersondonascimento@yahoo.com.br)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
MACEIÓ, BRASIL

Júlio César Gaudêncio da Silva  
[juliocezargaudencio@yahoo.com.br](mailto:juliocezargaudencio@yahoo.com.br)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
MACEIÓ, BRASIL

Luciana Farias de Santana  
[lucianacfsantana@yahoo.com.br](mailto:lucianacfsantana@yahoo.com.br)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
MACEIÓ, BRASIL

### **AREA DE TRABAJO: METODOLOGIA EN CIÊNCIA POLÍTICA**

Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).  
Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013

**BOGOTÁ 2013**

## **RESUMO**

O exercício da reflexão sobre a natureza, o alcance, os limites e o lugar da teoria e sua relação com a pesquisa empírica torna-se um atividade crescente em importância para os cientistas políticos contemporâneos. Há diferenças qualitativas entre a teoria e a pesquisa empírica, pois tanto investigadores teóricos, quanto investigadores empíricos, falam sobre o mundo. Não obstante, a pesquisa não é um processo de isolamento, mas sim de aproximação cautelosa e informada do mundo das ideias, mas também da realidade. Tomando como referência a reflexão mertoniana, crê-se que as teorias sociológicas de médio alcance são a melhor opção metodológica para evitar, no campo da ciência política, tanto os estudos orientados por grandiosas doutrinas especulativas e abstratas ou as chamadas teorias gerais dos sistemas sociais, bem como as pesquisas pedantes com poucas possibilidades de produzir resultados significativos por que recheadas de pormenores factuais. Finalmente, argumentamos que as teorias sociológicas de médio alcance tal como abordadas por Robert K. Merton (1970) podem nos oferecer credenciais úteis para pensar, tanto os fenômenos políticos e sociais e indicar pistas para solucioná-los; quanto propiciar condições analíticas para superar o dilema disciplinar gerado pela especialização da filosofia política e do resto da ciência política a partir da segunda metade do século passado e reforçado pela separação entre teoria normativa e teoria positiva.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Metodologia; teoria política; pesquisa empírica

## O GRANDE ELEFANTE BRANCO

Quando o famoso cientista político italiano, Giovanni Sartori acusou recentemente que a disciplina a qual ele contribuiu para criar e a desenvolver – a ciência política –, perdeu o rumo, caminha com pés de barro e hoje a maioria dos seus cultivadores se empenha em comprovar hipóteses cada vez mais irrelevantes e triviais para entender o político, o fato obrigou cientistas políticos a repensarem suas escolhas ontológicas e epistemológicas, afinal, agora, o ataque vinha de dentro dos seus próprios filões e não mais “de fora”. Era o pai da ciência política contemporânea propriamente dita que expunha seu desapontamento com os rumos do seu campo disciplinar, ou seja, a ciência política se via, desta vez, ferida de morte ou, pelo menos, a acusação não poderia passar despercebida (SARTORI, 2004).

O argumento levanta-se duplamente polêmico se considerarmos que Sartori é o cientista político que mais tem contribuído com suas obras a perfilar as características dominantes da ciência política no mundo – quer dizer, uma ciência política empírica, comparativa, altamente especializada e formalizada. Todavia, ninguém com mais autoridade moral e intelectual que Sartori poderia fazer este balanço autocrítico de apreciável honestidade sobre a disciplina que ele mesmo ajudou a desenvolver.

Não obstante, as afirmações do “velho sábio” – como se qualificou no artigo referido, talvez para legitimar ainda mais seus argumentos – geraram uma autêntica revolta entre os cultivadores da disciplina por todas as partes. Assim, por exemplo, em uma réplica a cargo do espanhol Joseph H. Colomer publicada na mesma revista onde Sartori expõe seu argumento, este se lança a dizer que a ciência política, ao ser cada vez mais rigorosa e científica, nunca havia estado melhor do que agora, e de forma sumária, em tom de insensatez, desqualifica os “clássicos” como Maquiavel ou Montesquieu por serem altamente especulativos, obscuros e ambíguos, ou melhor dizendo, “pré-científicos” (COLOMER, 2004). Outros cientistas políticos, por sua parte, se limitaram a assinalar que Sartori estava envelhecendo e que já não era o mesmo que em seu momento revolucionou a maneira de aproximar-se ao estudo da política.

Para além das críticas, as teses de Sartori são impecáveis e merecem uma melhor sorte que a desqualificação da qual tem sido vítima por parte de seus colegas. Em virtude disto, nesta conclusão, me proponho agora a oferecer novos argumentos para complementá-la, mas não sem antes reafirmar o que a ciência política é e o que ela não é na atualidade.

### O QUE É (E O QUE NÃO É) A CIÊNCIA POLÍTICA?

Nas palavras de Sartori (1979: 75), a ciência política é a ciência que estuda ou investiga, com a metodologia das ciências empíricas, os diversos aspectos da realidade política, com o fim de explicá-la o mais completamente possível.

Sem dúvidas deve advertir-se que a ciência política apresenta uma grande diversidade de concepções sobre seu objeto específico de estudo. Seu eixo, igualmente a outras ciências sociais, mostra um marcado pluralismo teórico, o qual não necessariamente vai de encontro a sua afirmação institucional, visto que simplesmente reflita a dificuldade de caracterizar de uma vez por todas seu âmbito de aplicação. Não obstante, para alguns autores, este

pluralismo teórico, ao produzir um debate permanente entre escolas e paradigmas, tem contribuído o próprio desenvolvimento da disciplina.

Com esta condição, na configuração da ciência política, entendida em sua acepção ampla, tem convergido historicamente dois destes eixos fundamentais. Um, delimitado pela própria realidade complexa e cambiante de seu objeto de estudo, a realidade política em seus diversos domínios e dimensões: instituições e práticas, processos e procedimentos, sujeitos, ações e sentidos, símbolos e significados. O outro, definido como a produção teórica e a indagação científica que constitui o próprio campo científico da política, cujos limites têm sido estabelecidos através de séculos de formulações. Em um diálogo permanente com as teorias precedentes ou contemporâneas, em linhas de continuidade ou ruptura, se têm configurado o arsenal conceitual e o andaime metodológico que constituem o conteúdo da disciplina.

Nesta linha de pensamento, a ciência política define seu objeto de estudo a partir da interação destes dois grandes eixos ou momentos. Em um deles se condensam múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, nas quais se especificam construções conceituais e categorias, de cuja lógica de movimento interno depende o lugar que ocupam as construções sociais referentes aos fenômenos de convivência humana, conflito e ordem. O outro está composto por uma agregação de causalidades geradas pelas práticas das sociedades existentes: processos (institucionalizados), procedimentos, ações e decisões coletivas e individuais que configuram historicamente e de modo cambiante o espaço político e o âmbito de intervenção do político. Desta agregação, à luz do grau de diferenciação estrutural dos componentes humanos, a ciência política distingue determinados fatos e comportamentos delimitados simultaneamente por correspondentes manipulações conceituais.

Em consequência, o objeto de estudo da ciência política se explica basicamente a partir de concepções e não de uma definição unívoca. Os discursos científicos condenados a compreender e explicar os fatos configuram um ordenamento singular a respeito da relevância e do comportamento de distintos fatores identificados como políticos. Estado, poder, institucionalidade, formas de governo e etnicidade, ação, representações e valores, em diferentes coordenadas espaço-temporais, são momentos e fatores indissolúveis para a reflexão ampliada do político, à luz de uma dimensão social múltipla, heterogênea e fragmentada.

Em uma perspectiva que como a anterior reconhece a diversidade paradigmática da ciência política, seu objeto de estudo se circunscreve então ao tipo e ao nível da investigação científica. Em outras palavras, o objeto se refere ao seu método e este, por sua vez, constrói, ordena, classifica seus elementos, dilui seu sentido e aspira traçar coordenadas de seu desenvolvimento. Deste modo, a ciência política parte de referentes empíricos, que em maior ou menor grau podem ser tratados e desagregados em planos ideológicos, políticos, filosóficos e científicos. Em outros termos, da classificação dos discursos e de seus fins cognitivos se derivam o tratamento diferenciado sobre determinados acontecimentos.

Porém a ciência política tem também como objeto de estudo as distintas correntes teóricas concernentes ao político, de modo tal que seu estudo supõe a construção crítica da

ordem teórica. Nesta linha, se aceitamos que um campo de investigação é em boa medida o produto de diversas aproximações definidoras, o campo da política pode ser considerado como um âmbito cujos limites têm sido estabelecidos ao longo de séculos de reflexão por uma tradição especial, complexa e variada de discurso: a filosofia política. Traçando na diversidade de respostas uma continuidade de preocupações e temas problemáticos – entre os que podem enumerar-se desde uma ótica complementar às relações de poder entre governantes e governados, a índole da autoridade, os problemas oriundos do conflito social e a hierarquia de certos fins como objetivos de ação política –, o estudo sistemático da ciência política não pode ignorar o peso desta tradição em seu desenvolvimento.

Em síntese, pensar hoje o político nos remete a um universo mais complexo e difícil de delimitar do que o que nós poderíamos nos basear e encontrar em outras épocas. Exibe-se um amplo intervalo de dimensões, componentes e níveis que redefinem seus nexos e interações e argumentam que o desafio contemporâneo da ciência política é o desafio de criar novas categorizações.

Assim, na concepção moderna da disciplina, o objeto de estudo que a permite ganhar autonomia à despeito de disciplinas afins é o de “sistema político”. Com ele, os cultivadores da disciplina, os quais também se ocupam dos fenômenos do poder e o Estado, não se referem a um sistema político concreto (ou a um simples sinônimo atualizado do “Estado”), mas sim a um conjunto de processos a qualquer nível que atribui autoridades de valor. Esta definição, hoje amplamente aceita por quem concebe a disciplina como o estudo da realidade política com os métodos empíricos, sugere que a ciência política se ocupa das modalidades com os quais os valores (e recursos) são assinalados e distribuídos no interior de qualquer sistema político, por pequeno ou grande que seja. O caráter imperativo das decisões políticas depende do fato de que os integrantes de um sistema no qual as decisões são tomadas consideram o que é necessário ou o que deve ser obedecido.

As motivações pelas quais os membros de um sistema chegam a essa convicção e os instrumentos a disposição das autoridades para aplicar suas decisões constituem elementos implícitos na definição do objeto da ciência política. O campo de estudo do cientista político, por conseguinte, resulta assim ampliado para além dos meros fenômenos de poder, isto é, se quiser compreendê-los (além do mais, nem todos os fenômenos de poder podem ser definidos como políticos: se fala, por efeito, em poder econômico, social, psicológico, etc., nem todos os fenômenos políticos implicam, necessariamente, no exercício do poder: a formação de alianças e coalizões, por exemplo). O qual vai para além dos confins físicos do Estado, todavia, naturalmente, incluindo-o na própria análise sempre que se verificarem aqui os processos de atribuição de autoridades de valor, para estudar todos aqueles sistemas nos quais se manifestam estes processos: a nível mais elevado dos sistemas estatais, o sistema internacional; a nível inferior, os partidos políticos, os sindicatos, as assembleias, etc.

Se a ciência política é – e em que medida – uma ciência é uma questão importante. Naturalmente, quem assume como parâmetro de referência as ciências naturais e seus procedimentos, negam a possibilidade para todas as ciências sociais de constituir-se em ciências em sentido estrito. Todavia, alguns questionam se é possível (ou oportuno) analisar a política com o método científico.

Não obstante, a ciência política se caracteriza pelo esforço de analisar os processos e as atividades políticas com o método científico. Quer dizer, procede em suas análises mediante passos e estágios que consistem com a elaboração de hipóteses e explicações empiricamente fundamentadas, que encontram uma confrontação com a realidade. Em síntese, sobre a base de uma ou mais hipóteses e da observação de determinados fenômenos, o estudioso propõe uma descrição mais cuidadosa e exaustiva possível. Quando factível, procede à mediação dos fenômenos examinados, para depois classificá-los em categorias definidas com base em elementos comuns. As causas e as condições da verificação de determinados acontecimentos são investigados ou descritos, assim como suas eventuais consequências. Sobre esta base, o estudioso desenvolverá generalizações do tipo “se... (se verificam os eventos *a*, *b* e *c*) então... (se obtém os efeitos *x*, *y* e *z*)”. Finalmente, as hipóteses e as teorias assim formuladas serão submetidas à verificação. Se da verificação emergem confirmações, se poderá também argumentar previsões de eventos futuros cada vez que se apresentam as mesmas condições (a previsão não é, sem dúvidas, essencial para a cientificidade de uma disciplina); se a teoria é falsificada por fenômenos que lhe escapam ou que contrastam com as explicações oferecidas, será formulada ou enriquecida e/ou se procederá a novas observações, novas hipóteses, novas verificações.

Para o estudo científico da política é fundamental que o método, assim esquematicamente apresentado, seja utilizado conscientemente de maneira rigorosa com plena transparência de todos os procedimentos em todos os estágios da análise. A limpeza conceitual, o rigor das conceituações/definições, a formulação das hipóteses e as classificações são essenciais para a cientificidade da disciplina, para as generalizações, para a elaboração de teorias e para a transmissão entre os especialistas. Em alguns setores, em particular no estudo do comportamento eleitoral, as relações entre fórmulas eleitorais e sistemas de partidos e a formação de coalizões de governo, existem já generalizações consolidadas e teorias de médio alcance confiáveis. Em outros setores, a investigação da ciência política refina velhas hipóteses e, constantemente, produz nova, ou as combina a estas generalizações que produzem novas investigações.

Tudo isto é realizado com o convencimento de que a política pode ser estudada como qualquer outra atividade humana de maneira científica. O uso consciente do método científico distingue os cientistas políticos de todos aqueles que escrevem sobre a política, desde os comentaristas políticos (embora muitos cientistas políticos não sejam outra coisa se não, comentaristas políticos) até os filósofos políticos.

O problema com esta disciplina, para voltarmos ao argumento de Sartori, é que o método científico acabou convertendo-se em uma espécie de camisa de força que levou a maioria dos seus cultivadores – inicialmente nas universidades estadunidenses e assim depois por toda a parte – a ocupar-se de assuntos sumariamente especializados, factíveis de serem demonstrados empiricamente, porém cada vez mais irrelevantes para dar conta da política em toda a sua complexidade. É daqui que o velho pensador italiano deduz que a ciência política tenha perdido o seu rumo. De fato, como veremos na próxima seção, Sartori já vislumbrava este possível roteiro desde muito anos, por isso sugeria empreender certos ajustes de enfoque e orientação para não ver a ciência política sucumbir frente a trivialidade dos saberes especializados.

## UM POUCO MAIS DE HISTÓRIA

A raiz da publicação de 1987 de *The Theory of Democracy Revisited*, um dos livros mais controversos de Sartori, reavivou a discussão sobre o estatuto de cientificidade da ciência política, sobre seu método e suas possibilidades heurísticas. Para o autor italiano, que os cientistas políticos voltem intermitentemente a este debate, é o sinalizador de uma deficiência de base da disciplina que cultivam.

O próprio Sartori, muito antes de decretar o ato de fundação da ciência política, já se havia ocupado do tema de maneira obsessiva. Em sua polêmica obra *Tower of Babel. On the Definition and Analysis of Concepts in the Social Science*, do ano de 1975, encontrava o principal problema da disciplina na deficiente e muito pouco ortodoxa definição e emprego do instrumental conceitual da comunidade de cientistas políticos (SARTORI, RIGGS e TUNE, 1975; SARTORI, 1984).

Depois de Sartori, ficou claro que não se poderia confundir uma teoria política de impressão empírica com uma teoria política de origem filosófica. Cada uma responde a lógicas de construção e persegue objetivos completamente distintos. Distingui-las foi para Sartori, notável, pois disto dependia a legitimidade e a especificidade de uma disciplina tão nova quanto pretensiosa, como era, naquele momento, a ciência política (BOBBIO, 1988). O que se deve advertir, em todo caso, é que desde então, a ciência política e a teoria política, se encerraram em si mesmas, obstaculizando-se a possibilidade de qualquer forma de diálogo construtivo entre elas.

Talvez a Itália seja o exemplo mais notável deste desencontro. No caminho da riquíssima tradição político-filosófica italiana e que no século XX teve em Norberto Bobbio a sua figura mais destacada e universal, a ciência política empírica se introduziu na Itália com carta de naturalização aceita. Certamente as obras de Mosca e Pareto constituem um antecedente fundamental e não muito distante no tempo (BOBBIO, 1972), porém, a ciência política que se institucionaliza depois da Segunda Guerra Mundial é precisamente a de origem anglo-saxã – funcionalista e behaviorista –, introduzida com grande êxito por Sartori, que desde então se converteu na figura central da ciência política italiana.

Para isto, Sartori destacou em reiteradas ocasiões o potencial explicativo e científico da nova disciplina, em contraste com a excessiva especulação e subjetividade da filosofia. A este respeito, o cientista político italiano delimitou com precisão as características e as diferenças de ambas as formas de aproximar-se ao estudo da política.

É precisamente neste ponto que a “revisitação” que Sartori realizou há vinte anos na sua teoria da democracia veio a constituir-se na ponta da lança desta recorrente polêmica. Em efeito, Sartori reconheceu em seu livro de 1987 as deficiências do empirismo em sua versão mais factualista, porém rechaçou igualmente as perspectivas filosóficas carregadas de ideologia. Neste sentido – explica –, seu objetivo era dar lugar a uma teoria política da democracia livre de tentações dos extremos, de suas mutuamente excludentes obsessões. Independentemente de tê-la alcançado ou não, questão que nos interessa menos aqui, a intenção de Sartori foi saudada favoravelmente, pois desejava traçar um caminho possível para chegar a uma teoria política, neste caso da democracia, menos esquemática e purista do que as que existiam até então.

Em suma, neste livro, Sartori já deixa patente algumas insatisfações com a ciência que ele mesmo contribuiu para criar, e busca sanar estas deficiências estabelecendo pontes com a filosofia política. Quinze anos depois, quando Sartori decreta a morte da ciência política, é claro que suas insatisfações não somente se retificaram, visto que se acumularam, mas também propiciaram o desencanto final.

Não há dúvidas que discutir Sartori pode dizer-nos muito sobre a pertinência e as possibilidades da análise da ciência política; obriga-nos a fixar posições de maneira muito crítica sobre o sentido de nossa tarefa como estudiosos da política.

Quem conhecia o livro *Democratic Theory* (1962), do mesmo Sartori (publicado originalmente na Itália em 1957), não encontrou grandes novidades ao ler *The Theory of Democracy Revisited*. Mesmo a “revisitação” sartoriana foi fortemente criticada então como limitada. Não obstante, pelas razões expostas acima, constitui ela um aporte inestimável neste debate.

Em seu momento, a “revisitação” de Sartori recebeu duras críticas por parte do social-democrata Bobbio, que o qualificou de ser um pensador conservador, mais liberal que democrata (BOBBIO, 1988). Certamente, o juízo de Bobbio estava correto. Sartori nunca havia maquiado suas preferências políticas. Porém, ele esconde a contribuição que Sartori tem dado à ciência política. Ainda que sua teoria da democracia possua uma orientação política implícita, não se pode negar seu potencial heurístico, derivado nesse livro de sua intenção de gerar uma teoria tanto empírico-racional como filosófico-valorativa da democracia, em um intento bastante interessante de complementar a ciência e a filosofia políticas, embora sem deixar de reconhecer a todo o momento a legitimidade e as especificidades de ambas as lógicas de construção de saberes (SARTORI, 1984; 1987).

De fato, este objetivo tem estado presente em maior ou menor medida no conjunto da obra de Sartori. Quem rever, por exemplo, seu *Parties and Party Systems* (1976) poderá encontrar a tipologia dos sistemas partidários mais conveniente e reconhecida para a análise dos ditos sistemas na realidade concreta. Sua formulação – assinala Sartori – deriva do método comparativo de casos, porém em permanente discussão com as principais orientações teóricas, empíricas e filosóficas sobre pluralismo e democracia.

No caso de *The Theory of Democracy Revisited*, a discussão conduz ou constitui o conflito permanente entre os fatos e os valores, o ideal e o real, a teoria normativa e a teoria empírica, a democracia prescritiva e a democracia descritiva. Suas análises confluem desta maneira na observação de que a teoria política tem se desenvolvido e se aperfeiçoado mediante a exclusão de definições inadequadas ou de significados errôneos sobre conceitos fundamentais. Esta tarefa, sem dúvida – para Sartori –, deve ser permanente. Reconhecer sua necessidade é o primeiro passo para avançar e alcançar o entendimento entre filósofos e cientistas políticos. A teoria política sairia ganhando.

Tem-se criticado que Sartori, na verdade, demorou-se pouco na persecução deste objetivo. Provavelmente é verdade, porém como ele mesmo argumenta, as grandes construções requerem várias mãos. Sartori indicou um caminho possível e desejável. Contudo, ao julgar pelo seu desencanto recente pelo caminho seguido pela ciência política dominante no mundo, nada para ele mudou. Pelo contrário, a disciplina perdeu de vista o



bosque para concentrar-se nas árvores, virou as costas para o pensamento político e converteu o método em uma camisa de força. Uma maneira de documentar este fato é precisamente examinando as diversas análises sobre a democracia que a ciência política tem realizado, depois que Sartori escreveu sua “revisitação” sobre o tema. Aqui, como veremos em continuação, as análises empreendidas pelos cientistas políticos não somente se empobreceram, mas terminaram sendo colonizadas para o bem ou para o mal e, sem se dar conta, pela filosofia (SOARES, 1998).

## A CIÊNCIA POLÍTICA EM CAMISA DE FORÇA

Desde sua constituição como uma disciplina com pretensões científicas, quer dizer, empírica demonstrativa e rigorosa no plano metodológico e conceitual, a ciência política tem estado obcecada em oferecer uma definição empírica da democracia, quer dizer, uma definição não “contaminada” por nenhum tipo de juízo valorativo ou prescritivo; uma definição objetiva e/ou suficientemente precisa para estudar cientificamente qualquer regime que se presume como democrático e estabelecer comparações bem conduzidas de diferentes democracias.

A pauta foi estabelecida desde antes da constituição da ciência política no segundo pós-guerra nos Estados Unidos, pelo economista austríaco Joseph Schumpeter, que sem seu livro de 1942, *Capitalism, Socialism and Democracy*, propôs uma definição “realista” da democracia distinta das definições idealistas que haviam prevalecido até então. Posteriormente, já dentro de dentro da ciência política propriamente dita, em *Democrazia e Definizioni*, Sartori insistiu pontualmente na necessidade de avançar frente a uma definição empírica da democracia que permitiria conduzir investigações comparadas e sistemáticas sobre as democracias modernas. Sem dúvidas, foi a partir da aparição em 1971 do famoso livro *Poliarchy. Participation and Opposition*, de Robert Dahl, que a ciência política dispôs de uma definição aparentemente confiável e rigorosa de democracia, que adquiriu grande difusão e aceitação na crescente comunidade de cientistas políticos, ao passo que hoje – quatro décadas depois de formulada – segue sendo considerada a definição empírica mais autorizada. Dahl parte assinalando que toda definição de democracia tem contida um elemento ideal, de dever ser, e outro real, objetivamente perceptível em termos de procedimentos, instituições e regras do jogo. É daqui, com objetivo de distinguir entre ambos os níveis, que Dahl constrói o conceito de “poliarquia” para referir-se exclusivamente às democracias reais. Segundo esta definição, uma poliarquia é uma forma de governo caracterizada pela existência de condições reais para a competência (pluralismo) e a participação dos cidadãos nos assuntos públicos (inclusão).

Muita água tem corrido sob esta ponte deste então. Sobre o caminho aberto por Sartori e Dahl, se tem elaborado um sem número de investigações empíricas sobre as democracias modernas. O interesse no tema se tem movido entre distintos tópicos: estudos comparados para estabelecer quais as democracias são de fato mais democráticas do que outras segundo indicadores pré-estabelecidos; as transições para as democracias; as crises das democracias; o cálculo do consenso; a agregação de interesses; a representação política, etc. Sem dúvidas, a definição empírica de democracia alcançada inicialmente por Dahl e que possibilitou todos os desenvolvimentos científicos, parece ter-se encontrado com uma barreira que a impediria de ir mais além. A julgar-se pelo debate que se vem ventilando sobre a ciência política nos últimos quatro ou cinco anos sobre a “qualidade da

democracia”, se tem posto em questão a pertinência (ou não) da definição empírica de democracia largamente dominante, visto que se trata de avaliar aqui quão “boas” são as democracias realmente existentes ou se têm ou não qualidade.

O tema da qualidade da democracia, por exemplo, surge da necessidade de introduzir critérios mais pertinentes e realistas para examinar as democracias contemporâneas, a maioria destas (sobretudo as da América Latina, Leste Europeu, África e Ásia) muito abaixo dos padrões mínimos de qualidade desejáveis. Por via dos fatos, o conceito precedente de “consolidação democrática”, com o qual se pretende estabelecer parâmetros precisos para que uma democracia recém instaurada possa consolidar-se, terminou sendo pouco substancial, pois foram muito poucas as transições que durante a “terceira onda” de democratizações, para usarmos as palavras de Samuel Huntington (1991), puderam efetivamente consolidar-se. Pelo contrário, a maioria das democracias recém-instauradas, só tem podido perdurar, sob condições francamente delicadas e tem se portado institucionalmente de modo muito frágil. Daí que se deduza que se a constante empírica tem sido muito mais a persistência dessa condição insolúvel do que a consolidação das democracias instauradas durante os últimos trinta anos, é necessário introduzir uma série de critérios mais pertinentes para dar conta de maneira rigorosa das insuficiências e dos inúmeros problemas que na realidade experimentam a maioria das democracias no mundo.

A princípio, a noção de “qualidade da democracia” vem a preencher esse vácuo, e neste sentido, seus promotores intelectuais têm oferecido muitos critérios úteis e sugestivos para a investigação empírica. Sem dúvidas, conforme este enfoque ganha adeptos entre os cientistas políticos, a ciência política foi entrando quase imperceptivelmente num terreno movediço que faz balançar muitos dos pressupostos que trabalhosamente haviam construído e que lhes davam identidade e sentido. Basta assinalar por hora aqui o conceito de qualidade da democracia que adota critérios abertamente normativos e ideais para avaliar as democracias existentes, com o que se interrompe o imperativo de dispensar conceitos carregados de valores que poderiam prejudicar o estudo objetivo da realidade. Assim, por exemplo, os introdutores destes conceitos entre os jargões da ciência política – acadêmicos muito reconhecidos como Leonardo Molino, Guillermo O’Donnell, Philippe Schmitter, entre muitos outros – defendem como critério para avaliar quão boas são as democracias se estas democracias se aproximam ou se afastam dos ideais de liberdade e igualdade inerentes à própria democracia.

Como se pode observar, ao proceder assim, a ciência política tem deixado entrar pela janela aquilo que silenciosamente tentou expulsar desde sua constituição, quer dizer, elementos arbitrariamente normativos e prescritivos. Mas além de ponderar o que esta contradição supõe para a ciência política, em termos de sua congruência, pertinência e incluso vigência, muito na linha do que Sartori coloca sobre as crises atuais da ciência política, o assunto mostra com toda claridade a impossibilidade de avaliar as democracias realmente existentes sem a adoção de critérios de *dever ser* que a ciência política sempre mirou com desdém. Dito de outra maneira, o que o debate sobre a qualidade da democracia revela é que hoje não se pode dizer nada interessante e sugestivo sobre a realidade das democracias sem recorrer a uma definição ideal da democracia que oriente nossas buscas e interrogações sobre o fenômeno democrático.

Pode-se ou não estar de acordo com os critérios que hoje a ciência política propõe para avaliar a qualidade das democracias, porém haverá de se reconhecer, em todo caso, que tais críticas são claramente normativas e que, portanto, só flexibilizando suas categorias premissas constitutivas esta disciplina pode dizer hoje algo original sobre as democracias. Neste sentido, haverá que se conceber esta proposta sobre a qualidade da democracia como um modelo normativo ideal ou normativo de democracia, igual a muitos outros, por mais que seus partidários se digladiem em antagonismos e em profundas querelas metodológicas e conceituais a fim de encontrar definições empíricas pertinentes que possibilitem a medição precisa das democracias existentes em termos de sua maior ou menor qualidade.

Tem muito sentido – para os cientistas políticos que têm se incursionado no tema da qualidade da democracia – partir de uma nova definição de democracia, distinta da que tem prevalecido durante décadas no seio da disciplina, mais preocupada com os procedimentos eleitorais que asseguram a circulação das elites políticas, do que com os aspectos relativos à afirmação dos cidadãos em todos os seus direitos e obrigações, e não somente no tocante ao sufrágio. Assim, nos dizeres de Schmitter (1993), que explicitamente se propõe, em um ensaio muito citado, a oferecer uma definição alternativa: “a democracia é um regime ou sistema de governo em que as ações dos governantes são vigiadas pelos cidadãos que atuam indiretamente através da competência e da cooperação de seus representantes” (SCHMITTER e KARL, 1993).

Com esta definição se abre a porta da idéia de democracia que hoje compartilham muitos cientistas políticos que se têm proposto avaliar quão boas (ou más) são as democracias realmente existentes. A premissa forte de todos estes autores é considerar a democracia do ponto de vista do cidadão; quer dizer, todos eles se perguntam sob que aspecto a democracia promove e assegura os direitos dos cidadãos em relação aos seus governantes? A democracia possibilita aos cidadãos, além de eleger seus representantes, poder sancioná-los? Vigiá-los, controlá-los e exigir-lhes que tomem decisões de acordo com as suas necessidades e demandas? Se sim, acredita-se que a democracia será de maior qualidade, se não, não.

À primeira vista, a noção de qualidade da democracia resulta muito sugestiva para a análise das democracias modernas, a condição de considerá-la como um tipo ideal para antepor a realidade sempre imperfeita e cheia de contradições. Por esta via, se estabelecem parâmetros de idoneidade cuja consecução pode alentar soluções e correções práticas, pois não se deve esquecer que é o dever ser que alimenta as ações que adquirem, de algum modo, materialidade no momento mesmo em que são incorporadas na forma de projetos ou metas desejáveis ou alternativas. Além do mais, pelas características dos critérios adotados na definição de democracia de qualidade, se trata de um modelo abertamente normativo e prescritivo que incluso poderia destacar-se sua dificuldade com a idéia de Estado de direito democrático; quer dizer, com uma noção jurídica que se alimenta das filosofias liberal e democrática e que se traduz em preceitos para assegurar os direitos individuais e coletivos.

O ponto é que abraçar esta noção de democracia, por suas óbvias implicações normativas e valorativas, não pode fazer-se sem mover-se para a filosofia política e para o direito. Nas democracias estão em jogo não somente princípios normativos, mas também valores públicos defendidos por diversas correntes de pensamento nem sempre coincidentes. Dito de outro modo, tal parece que a ciência política se encontrou com seus

próprios limites e quase sem se dar conta já estava movendo-se na filosofia. Para quem há tempo assumiu que o estudo pretensamente científico da política somente podia conduzir à trivialização dos saberes, o fato da ciência política hoje ter se “contaminado” com a filosofia, chega a ser uma tragédia, uma consequência lógica de suas inconsistências. O problema está no fato de que os cientistas políticos com o conceito de qualidade da democracia têm transitado sem propósitos pelas águas cinzentas da subjetividade e da especulação, resistindo a assumir plenamente os novos desafios epistemológicos e metodológicos que se apresentam. Para afirmarem-se na seguridade de sua “pequena ciência” – para usarmos a expressão de José Luis Orozco (1978) – têm reivindicado o valor heurístico da noção de qualidade da democracia, introduzindo toda sorte de fórmulas para operacionalizar o conceito e poder, finalmente, demonstrar que uma determinada democracia tem mais qualidade do que outra, o qual acaba por encerrar-se num saber inútil. Com a definição de “qualidade” que estes cientistas políticos operam, a democracia acaba por ser avaliada tal qual como se avalia uma mercadoria ou um serviço; quer dizer, pela mensuração da satisfação que ela reporta ao cliente.

O paradoxo de todo este imbróglio é que a ciência política nunca foi capaz de oferecer uma definição de democracia suficientemente confiável em termos empíricos, quer dizer, livre de prescrições e valorações, por maiores que tenham sido os esforços para fazê-la ou por mais que os cientistas políticos criem poder realizar tamanha atividade quimérica. Considere-se, por exemplo, a conhecida noção de poliarquia de Dahl. Com ela se pretende definir exclusivamente a partir de seus componentes reais e prescindindo-a de qualquer consideração ideal. Sem dúvidas, Dahl trasladou para as poliarquias os mesmos inconvenientes que menciona a respeito das democracias, pois sua definição de poliarquia como regime com ampla participação e tolerância da oposição pode constituir-se um conceito ideal, da mesma forma que a justiça ou a liberdade. Assim, por exemplo, o respeito à oposição pode constituir um conceito ideal não satisfeito completamente. O mesmo pode dizer-se da participação. Ademais, a noção de poliarquia possui um ingrediente possibilístico impossível de negar. Possibilidade aqui em duplo sentido: enquanto se admite em maior ou menor medida a possibilidade de abordar o ideal, e como possibilidade garantida normativamente, isto é, possibilidade garantida de uma participação ampliada e de tolerância da oposição.

O mesmo tipo de inconveniente pode observar-se em muitas outras definições pretensamente científicas de democracia, desde os modelos elaborados pelos teóricos da escolha racional até os teóricos do decisionismo político, passando pelos neo-institucionalistas e pelos teóricos da democracia sustentável. Alguns pecam pelo reducionismo, pois crêem que tudo na política se explica por um imutável e invariável princípio de racionalidade do tipo custo-benefício; outros pecam pelo determinismo, por introduzir esquemas de eficiência na tomada de decisões e no desenho das políticas públicas como solução para todos os males que afligem as democracias modernas. Como quiser que seja, não cairia mal à ciência política mais humildade epistemológica e metodológica, de modo a começar por propor um exercício sério e responsável de autocrítica com vistas a superar algumas de muitas de suas inconsistências e falsas pretensões.

Por tudo isso, creio que o conceito de qualidade da democracia está destinado ao fracasso se este não assumir com maior clareza suas implicações ideais. A ciência política poderá até mesmo encontrar critérios mais ou menos pertinentes para sua observação e mensuração empírica, porém o que realmente importa é assumir sim, sem complexos, seu caráter centralmente normativo. Por esta via, talvez seus introdutores – os cientistas políticos ditos empíricos – poderiam iluminar a carga que supõem traduzir em variáveis quantificáveis uma noção altamente abstrata e normativa. Agora, como conceito centralmente normativo, a qualidade da democracia constitui um grande aporte para o entendimento das democracias modernas. Mas vendo como isso nos leva a compará-lo com outros modelos normativos. Neste nível, a pergunta já não é quão pertinente é tal ou qual modelo para “medir” e “comparar” empiricamente as democracias realmente existentes, mas sim quão consistentes são para pensar quão democráticas podem ser no futuro nossas democracias reais. Novamente, o contraste entre um modelo ideal e a realidade, sem mais pretensões do que o aperfeiçoamento e o melhoramento permanente de nossas sociedades não são pouca coisa.

### **A LIÇÃO MERTONIANA**

Ainda na década de 1970, Merton defende que o estudo da teoria sociológica pode ser descrito a partir da identificação de dois extremos: por um lado, os sociólogos que buscam generalizações e buscam o mais rápido possível a formulação de leis sociológicas. Estes valorizariam o trabalho sociológico a partir do alcance das generalizações, evitando as observações minuciosas e buscando os resumos globais. Na outra ponta, encontraríamos um grupo de sociólogos que não se empenham sobre as implicações de suas pesquisas, mas têm confiança e certeza que o que dizem é exato.

É certo que estas informações sobre fatos são confiáveis, todavia, estes sociólogos teriam dificuldade de relacionar estes fatos entre si ou mesmo têm dificuldade para explicar por que fizeram estas observações e não outras. Nas palavras de Merton, para o primeiro grupo, o que o identifica parece ser, às vezes: “Não sabemos se o que dizemos é verdade, mas, pelo menos é significativo”, enquanto que o lema para o segundo grupo dos empiristas radicais seria: “Isto é demonstrável, mas não sabemos ou podemos indicar sua importância” (Merton, 1973: 153). Não por acaso, qualquer semelhança entre as deduções apresentadas por Sartori e Merton não são mera coincidência. Ao seu tempo, a ciência política atravessa hoje a necessidade emergencial de discussão dos seus pilares epistemológicos e metodológicos. Prova substancial desse fenômeno é o crescente e recente interesse da ciência política pela discussão metodológica, cada vez mais presente nos principais eventos internacionais da área.

Sejam quais forem os fundamentos para aderirmos a uma ou outra dessas atitudes, a opção exclusivamente teórica ou radicalmente empírica, é bem claro que não há base lógica que nos permita colocar uma dessas atitudes contra a outra. As observações podem ser temperadas, senão pela tolerância, pelo menos pela observação disciplinada; e as observações detalhadas e rigorosas não precisam ser banalizadas pela exclusão de sua pertinência e implicações teóricas.

A metodologia não está particularmente vinculada aos problemas sociológicos. Os problemas de metodologia transcendem o que se encontra em qualquer disciplina única e

tratam, seja dos que são comuns a grupos de disciplinas ou, de forma mais geral, dos que são comuns a toda investigação científica. Os sociólogos, da mesma forma que os demais estudiosos que se dedicam ao trabalho científico, devem ser metodologicamente prudentes: devem conhecer a finalidade da pesquisa, o caráter da inferência, os requisitos de um sistema teórico. Existe, em suma, uma clara e decisiva diferença entre saber como comprovar um conjunto de hipótese e saber a teoria de onde se deve tirar hipóteses e serem comprovadas. Merton argumenta que a preparação sociológica está destinada a fazer compreender aos estudantes mais a primeira hipótese que a segunda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os horizontes são sombrios. A ciência política está ferida de morte. Sem se dar conta, foi vítima de seus próprios excessos empiristas e cientificistas, que a desviaram da macropolítica. Inclusive os cientistas políticos que se tem ocupado de um tema tão complexo como a democracia têm se perdido no acúmulo de dados “duros” e se mostrado incapazes de dizer hoje algo original e sensato sobre a mesma, devem, portanto, flexibilizar seus enfoques e estabelecer pontes com a filosofia prescritiva, como já dissera Sartori em seu *The Theory of Democracy*.

Longe disso, a ciência política introduziu um novo conceito de “qualidade democrática”, para prosseguir com seus afãs cientificistas, sem se dar conta de que ao fazê-lo estava, de alguma medida, violando suas premissas originais. Coloquemos isso em outros termos: um novo conceito tem aparecido na ciência política para analisar as democracias modernas, e como geralmente acontece nestes casos, dado o fraco desenvolvimento das ciências sociais, cada vez mais desprovidas de forças significativas para explicar um mundo cada vez mais complexo, os especialistas se aglutinam em torno do recém-nascido conceito e exploram sem pudor suas muitas virtudes para entendê-lo melhor. Os primeiros a fazê-lo, serão os que alcançarão de início, os maiores êxitos e o reconhecimento de sua minúscula comunidade de pares. Porém, até aqui nada de novo sob o sol. O conceito de qualidade da democracia constitui mais um placebo, uma forma de enganar os outros e a nós mesmos ao pensar que lidamos agora com a pedra filosofal, embora nos falte na realidade ainda muito para entendermos a fundo os problemas das democracias modernas.

Além do mais, em sentido estrito, o tema da qualidade da democracia não é novo. Este já veio com a própria democracia. Trocam-se os termos e os métodos empregados para estudá-la, todavia, desde sempre tem existido a inquietude de avaliar a pertinência das formas de governo: por que uma forma de governo é preferível à outra? Esta é uma pergunta central da filosofia política, e para respondê-la, têm sido oferecidos os mais diferentes argumentos pra justificar a superioridade dos valores inerentes a uma forma política determinada em relação aos valores de formas políticas alternativas. E aqui, justificar não significa outra coisa senão argumentar quão justa é uma forma de governo em relação às necessidades e à natureza dos seres humanos (a condição humana). Neste sentido, a ciência política que agora abraça a noção de “qualidade da democracia” para avaliar as democracias realmente existentes, não consegue posicionar-se ou localizar-se na tradição de pensamento que vai de Platão – que tratou de reconhecer as virtudes da verdadeira República, entre a ideal e a realidade – até John Rawls (1971), que também buscou ativamente as chaves universais de uma sociedade justa; e ao fazê-lo, esta disciplina

pretensamente científica mostra implicitamente suas próprias inconsistências e insuficiências, e talvez, sua própria decadência. A ciência política que sempre reclamou ser o saber mais rigoroso e sistemático da política tem cedido às tentações prescritivas na hora de analisar a democracia, pois avaliar sua qualidade só é possível através de um ideal o qual nunca será alcançado, todavia, sempre desejado.

A argumentação inclusa desta noção – e a busca analítica que daqui se desprende – deverá contrariar filões e arregimentar munições contrárias, mas sua dedução é pessimista: a ciência política contemporânea encontra-se no princípio de seu mais anunciado ocaso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bobbio, N. 1988. “La Ciencia Política em Italia: de Mosca a Sartori”. *Crítica Jurídica*. México, vol. 5, nº 9, pp. 9-24.

Bobbio, N. 1972. *On Mosca and Pareto*. Ginebra: Droz.

Colomer, J. 2004. “Political Science is Going Ahead (By Convuluted Ways). A Commentary on Giovanni Sartori”. In: *Political Science & Politics*, vol. 37, nº 4, outubro, pp. 785-789.

Dahl, R. 1992. *La Democracia y sus Críticos*. Barcelona: Paidós.

Huntington, S. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

Orozco, J. 1978. *La Pequeña Ciencia: Una Crítica de la Ciencia Política Norteamericana*. México: CFE.

Sartori, G. 1979. *La Política: Lógica y Método en las Ciencias Sociales*. México: FCE.

Sartori, G. 1984. “Guidelines for concept analysis”. In: SARTORI, G. (Org.). *Social Science Concepts: A Systematic Analysis*. Beverly Hills: Sage Publications, pp. 15-72.

Sartori, G. 1992. *Elementos de Teoría Política*. Madri: Alianza.

Sartori, G. 2004. “Where is political science going?”. *Political Science & Politics*. Vol. 37, nº 4, outubro, pp. 785-789.

Sartori, G. 1987. *A Teoria da Democracia Revisitada*. 2 vols., São Paulo: Ática.

Sartori, G. 1994. “Compare Why and How. Comparing, Miscomparing and the Comparative Method”. In: DOGAN, M. e KAZANCIGIL, A. (Orgs.). *Comparing Nations. Concepts, Strategies, Substance*. Oxford: Blackwell.

Sartori, G. Riggs, F. e Tune, H. 1975. *Tower of Babel: Oh the Definition and Analysis of Concepts in the Social Science*. Pittsburgh: International Studies Association.

Schumpeter, Joseph. 1970. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Shmitter, P. e Karl, T. 1991. "What Democracy is... And is not". In: *Journal of Democracy*, vol. 2, nº 3, primavera, pp. 75-88.

Soares, G. 2005. "O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil". In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 48, pp. 27-52.